

PÓS-MODERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS: PASSAGENS INSITUÁVEIS PARA UMA EDUCAÇÃO ESTÉTICO- ÉTICO-POLÍTICA

Alexandre Filordi de Carvalho¹

Resumo:

O artigo investiga como a condição pós-moderna emerge na medida que se forja uma narrativa para ela, o que suscita indagações como experiências formativas vão se produzindo ao longo da própria pós-modernidade. A hipótese gira em torno da concepção que a pós-modernidade é produção de narrativa que, na medida que descreve a si mesma, cria a sua própria analítica sem prescindir de relações estéticas, éticas e políticas. Para tanto, o artigo explora duas obras do pintor francês Balthus: *A passagem do comércio Santo-André* (1952-1954) e *A rua* (1933), com o intuito de se explorar como uma política de trajetividade se consolida na pós-modernidade e como, a partir dela, é possível se produzir outras trajetividades para a formação dos sujeitos pós-modernos. Ao cabo, sustenta-se que a pós-modernidade emerge como radicalização de cenários problematizadores de uma série de trajetos que nos situam na intercomunicação perspectivada sob um triplo desafio formativo que não cessou de se interpor para nós, desde a modernidade: a busca de uma formação estética, ética e política.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Estética. Ética. Política. Educação

POST-MODERNITY AND TRAJECTIVIES ASSEMBLAGES: UNSIUABLE PASSAGES TO AN AESTHETIC-ETHICAL- POLITICAL EDUCATION

Abstract:

The article investigates how the post-modern condition emerges as a narrative is forged for it, which raises questions about how formative experiences are produced throughout post-modernity itself. The hypothesis sustain that the conception of post-modernity is the production of a narrative that, insofar as it describes itself, creates its own analytic without dispensing with aesthetic, ethical and political relations. To this purpose, the article explores two works by the French painter Balthus: *The passage of Commerce of Saint-Andre* (1952-1954) and *The Street* (1933), in order to explore how a trajectivie policy is consolidated in post-modernity and how, from it, it is possible to produce other trajectivities aiming the formation of postmodern subjects. In the end, it is argued that post-modernity emerges as a radicalization of problematizing scenarios of a series of paths that place us in the perspective of intercommunication under a triple formative challenge that has not ceased to interpose itself for us since modernity: the search for an aesthetic, ethical and political formation.

Keyword: Post-modernity. Aesthetic. Ethic. Politic. Education.

¹ Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras – UFLA e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Bolsista Produtividade CNPq – PQ II. Este artigo compõe resultado preliminar do projeto de pesquisa *Pensar Educação com Félix Guattari: da máquina escolar à microrrevolução do desejo* – FAPESP – PROCESSO 2020/04174-7. E-mail: afilordi@gmail.com

Contextualização inicial de uma abordagem experimental: pós-modernidade em trânsito

*Não há mais um homem inteiro
diante de um mundo inteiro.
(MUSIL, 2018, p. 229)*

Abordagens teóricas primeiras acerca da pós-modernidade aportavam certo consenso. Tratava-se de considerá-la uma experiência estética e retórica (VATTIMO, 2002), radicalizada pela aceleração da cultura de consumo (FEATHERSTONE, 1995) cuja maximização encontrava na dissolução das metanarrativas (LYOTARD, 1989; 1996) o fluxo fragmentário condizente com a própria impermanência da condição humana. Em múltiplas frentes, a pós-modernidade não poupava arte, economia, linguagem, relações sociais, experiências simbólicas, notadamente religiosas, do curso irreversível das fragmentações em curso (SMART, 1993).

Enquanto muita esgrima argumentativa era utilizada para contrabalancear a precocidade de certo diagnóstico histórico em trânsito, o que, de fato, podia acelerar o comprometimento dos juízos e das análises, na outra ponta se produzia a contenção nada alegórica de que sequer havíamos passado por um contexto vivencial que, de modo digno, pudesse ser chamado de moderno (GIDEENS, 1991; LATOUR, 2013; TOURRAINE, 1995).

Em ambas situações, a condição do pensamento se vê alocada no interior de um umbral epistemológico (FOUCAULT, 1999), ou seja, no interior de uma disposição de saberes cuja capacidade de delinear-se a si mesma é extremamente complexa e difícil. De um lado, haveria o risco de se comprometer com o viés da projeção do além do moderno – epígono do que é “pós”, correndo o risco de se fazer do modismo a própria antecipação do juízo, algo como: “salve a pós-modernidade!”. De outro lado, a resistência do pensamento diante de uma capacidade analítica nova, eivada pela sensibilidade e pelo diagnóstico que certas rupturas no âmbito da linguagem e da comunicação, das relações humanas, das produções materiais e das condições existenciais poderiam emergir, bloqueando irremediavelmente a condição de se enxergar certas inflexões contemporâneas.

Seja como for, a pós-modernidade se delineou de modo apressado, quer seja para celebrá-la, quer seja para mortificá-la. Talvez, e não sem ironia, a narrativa em torno da pós-modernidade já indiciava a pressa contumaz de se produzir o novo sem sê-lo,

justamente pelo fato de ser demanda capitalizada pela obsolescência produtiva que não abre mão de prescrever ao pensamento a fluidez da superficialidade (BERARDI, 2020), a rapidez do consenso palatável, a “decomposição do modelo racionalizador da modernidade”, nos termos de Tourraine (1995, p. 266), além da supressão da permanência dos sentidos em torno de alguma identidade pretensamente humana (JULLIEN, 2017).

Para o que nos interessa neste artigo, consideraremos a pós-modernidade semelhante ao que a modernidade foi: uma *Erfindung*, ou seja, uma invenção necessária que não ultrapassa os limites dos condicionamentos pelos quais ela se delineia como vontade de se produzir sentidos. Em tal caso, a pós-modernidade não poderia ser concebida como etapa histórica ou sucessora ou superadora da modernidade. Seria pueril pensarmos que completamos e ultrapassamos algum processo de saída da minoridade da razão – sonho moderno da *Aufklärung* kantiana que jamais ousamos alcançar; ou que já não repisamos os vícios das redes de poderes da racionalização burocrática fundadas na onipotência dos estados-nação moderno; ou que teríamos universalizado a boa ciência em nome da aniquilação do medo e da ignorância, este medo como “causa que origina, conserva e alimenta a superstição”, nos temos modernos de Espinosa (2003, p. 6).

O que a pós-modernidade inventa não vai nada além do que ela é capaz de projetar, justamente pelo fato de ser histórica, demasiadamente histórica. Isso não implica pensar na superação da modernidade. Estaríamos mais para a perspectiva de Guattari (1989, p. 53): “o pós-modernismo não é mais que a última crispação do modernismo”, isto é, a radicalidade incontornável das próprias condições da modernidade. “O pós-modernismo é um sintoma e não uma nova solução”, poderíamos acrescentar com Latour (2013, p. 50). As perguntas que gostaríamos de fazer neste artigo são da seguinte ordem: quais sintomas da modernidade podemos ver radicalizados na pós-modernidade? E de tais sintomas, o que converge como problematização para podermos pensar o constante desafio que é formação de sujeitos históricos? Em outros termos, o que nos sintomas da pós-modernidade persiste como traço inequívoco de desafio à formação contemporânea?

As questões podem ser simples; as respostas não o são. É que as tensões da pós-modernidade não delineiam fluxos de continuidade de maturação da modernidade, mas apontam para a fragmentação contínua e persistente da própria modernidade, Se Tourraine (1995, p. 309) está minimamente correto ao afirmar que “a modernidade não é separável da esperança”, por sua vez, “esperança colocada na razão e nas suas conquistas, esperança investida nos combates libertadores, esperança depositada na capacidade de cada indivíduo livre de viver cada vez mais como Sujeito”, não equivale dizer que a pós-

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

modernidade seria o lugar das experiências de nossas mais-esperanças. É porque enquanto os modernos projetavam utopias, os pós-modernos descrevem a crueza do que se passa. E o que se passa encontra-se e consome-se na imediatez, sem tempo para a utopia. O sintoma da pós-modernidade é a descrição incansável dos brutais condicionamentos da existência num aqui e agora perene, cuja dilatação não ultrapassa o asfixiamento do imediatismo (BERARDI, 2020); cujo ilusão da ubiquidade informacional não se dá conta de como as redes comunicacionais foram programadas para serem controladas maciçamente (O'NEIL, 2020) e manipuladas intencionalmente por uma realidade virtual reduzida a “uma realidade consensual coerente”(BRIDLE, 2019, p. 19), além de sequestrar as energias somáticas e psíquicas 24 horas/7 dias de modo inconsumível (CRARY, 2016); cuja destituição da razão política culmina, justamente sob o efeito da nova lógica informacional, na destituição de uma das maiores heranças da modernidade: a experiência democrática (KINZER, 2006; ZIBLATT, LEVITSKY, 2018), cujo autocentramento narcísico solipsista fragiliza a capacidade de comunidade social, de luta política em defesa dos direitos humanos coletivos e contra a precarização das condições de vida e de trabalho (CAMPBELL, TWENG, 2013; CARVALHO, 2020).

Em tudo isso, poderíamos acrescentar que, enquanto a modernidade se aventurava afirmando-se como grande marcadora de um mundo onde “nós, ocidentais, somos [éramos] completamente diferentes dos outros” (LATOUR, 2013, p. 96. Acréscimos nossos), espécie de adágio de todo imperialismo ressurgente das conquistas “modernas”, a pós-modernidade entoava o último canto do cisne: “a ocidentalização do mundo está hoje consumada” (GUIDERE *apud* VATTIMO, 2002, p. 155). Somos povoados pela pós-modernidade na medida que somos atravessados pela aceleração da modernidade em sua plena panocidentalização. A coincidência com o que se pode chamar de globalização, o extermínio por completo de vidas e povos autóctones e originários, a dissolução de fronteiras econômicas reduzidas a fluxos algorítmicos, aqui, emerge como espaço crítico de outros níveis de racionalização da própria modernidade. Ao passo que “não existe modernidade sem racionalização, mas também não sem a formação do sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade” (TOURRAINE, 1995, p. 215), não existe pós-modernidade sem a aceleração da mesma racionalização, ao ponto de ela escapar do sujeito-no-mundo.

O que era pertencimento na modernidade, na pós-modernidade é despertencimento, não por falta ou ruptura, mas por excesso de aceleração de micropertencimentos, renunciando a fragilidade de todo vínculo com o pensamento,

com os valores, com a permanência ética, com as trajetórias políticas que não sejam volitivas demais, subjetivas em excesso. A sensação de irresponsabilidade do sujeito-no-mundo é sintoma da responsabilidade que tem dificuldade para se consumir porque os sujeitos não se localizam mais tão facilmente. Na pós-modernidade, o sujeito é um avatar fora do ser/estar “no-mundo”. Sem exagero algum, a pós-modernidade prefigura o abandono de vínculos com qualquer “mimos civilizatório”, nos termos de Sloterdijk (1999, p. 77), pois não lhe interessa mais a permanência ou a defesa de um projeto civilizador. O que Vattimo (2002, p. 171. Grifos originais) supõe na radicalidade pós-moderna do niilismo está no combo da aceleração dos valores que se dissipam, perdendo-se em milhares de partículas, conforme se alucina a velocidade dos trajetos pós-modernos, donde a armadilha indecomponível:

Se a modernidade se define como a época da superação, da novidade que envelhece e é logo substituída por uma novidade mais nova, num movimento irrefreável que desencoraja qualquer criatividade, ao mesmo tempo que a requer e a impõe como única forma de vida – se assim é, então não se poderá sair da modernidade pensando-se *superá-la*.

Nem otimismo nem pessimismo: a pós-modernidade modula a modernidade até à exaustão. No máximo, estamos sob a égide de um diagnóstico que repõe sob si mesmo a constância de um sintoma: estamos sempre no fim de algo e no começo de algo (ROSE, 2011), atados às consequências de um hiperprogresso incansável e indeterminado (STENGERS, 2015), alçados à uma desterritorialização capitalista que, assumindo ritmo cada vez mais acelerado, gera um descompasso perene entre a demanda imposta de adaptação e a incapacidade humana de processar tal demanda ou para ela produzir-se repostas (BERARDI, 2005).

Uma passagem de *O homem sem qualidades* de Musil (2018, p. 229) forja um sentido interessante para o fio dessa narrativa pós-moderna. Ulrich, o herói do romance, entabula um diálogo com seu amigo Walter. A certa altura temos o seguinte confronto:

– É preciso valorizar um homem que hoje em dia ainda deseje ser uma totalidade – disse Walter.
– Isso não existe mais – opinou Ulrich. – Basta olhar um jornal. Ele está cheio de uma imensa opacidade. Fala-se de tantas coisas, que seria preciso mais capacidade de pensar do que a de um Leibniz. Mas a gente nem percebe mais isso; mudamos totalmente. Não há mais um homem inteiro diante de um mundo inteiro, mas uma coisa humana se move num líquido nutritivo generalizado.

Eis toda demanda de pós-modernidade interposta: a perda da totalidade dos sentidos na aceleração da informação; a dissipação da opinião na opacidade do excesso, a famigerada fragmentação das narrativas (LYOTARD, 1989); a incapacidade de se

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

pensar por grandes unidades ou referências globais; a percepção imediata de que algo está em mutação, mas que não se sabe nem o quê e nem o porquê (CARVALHO, 2019); a desconexão do homem não apenas com a *res naturae*, ao ponto mesmo de se autoaniquilar na medida que está aniquilando-a (SLOTERDIJK, 2012); enfim, a perda de referencial que podia forjar sentido de compreensão comunitário e de mútuo pertencimento, representada não sem sutileza na passagem de Musil por Leibniz. No limite, o que temos é a indicação de como vivemos numa encruzilhada movente de um pertencimento que mal se localiza, é que a pós-modernidade disparou trânsitos excessivos que, além de “falar de tantas coisas”, normaliza o fato de que “a gente nem percebe mais isso”, a não ser que “mudamos totalmente”, ali, onde não é mais possível encontrar um “homem inteiro”.

Era preciso dizer tudo isso para anunciar que a pós-modernidade não é apenas uma experiência retórica, estética; um mero pensamento de fruição, operando por contaminação e por superfluidade. A pós-modernidade se avizinha na densidade descritiva de experiências precisas que se singularizam em todos os planos da vida, desafiando-a. A sua sagacidade encontra-se no mesmo coeficiente de sua perversidade: em pleno trânsito, ela nos desafia na busca de um mínimo de permanência humana. A desilusão programada da pós-modernidade está em nossa incapacidade de fazer indagação a que ela mesma vai suscitando como condição contemporânea a embalsamar a ação humana. Por isso mesmo, um dos grandes desafios à formação humana na pós-modernidade é a consecução moderna da crítica, da indagação, da problematização e da capacidade desestabilizadora que a indagação é capaz de suscitar à ordem das coisas, à ordem discursiva, à ordem de produção subjetiva.

Levando isso em consideração, o objetivo deste artigo é o de se produzir uma narrativa descritiva que seja capaz de suscitar indagações como experiências formativas. Para tanto, elegemos duas obras do pintor francês Balthus (1908-2001): *A passagem do comércio Santo-André* (1952-1954) e *A rua* (1933). A hipótese gira em torno da própria concepção que a pós-modernidade é produção de narrativa que, na medida que descreve a si mesma, cria a sua própria analítica sem prescindir de relações estéticas, éticas e políticas. Mas a aceitação de tal descrição sem que se suscitem questões críticas dentro de seus agenciamentos é um dos grandes obstáculos à formação dos sujeitos pós-modernos, que vem sendo reduzida a uma demanda de adaptação conforme competências ensejadas pela performance ético-política do sistema capitalista (CARVALHO, 2020).

Na experiência aqui produzida, conceberemos a arte como componente de agenciamentos estéticos que, ao modo da pós-modernidade, emerge como cenários

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

problematizadores de uma série de trajetos que nos situam na intercomunicação perspectivada sob um triplo desafio formativo que não cessou de se interpor à nós desde a modernidade: a busca de uma formação estética, ética e política. Ainda que na pós-modernidade a radicalidade da dispersão subjetiva não encontre limites, educar para o enfrentamento de tal dispersão é o mínimo que se espera.

Pós-modernidade e agenciamentos trajetivos: passagens insituáveis para uma educação estético-ético-política

O saber começou a ficar antiquado; o tipo de pessoa indefinido, que domina na atualidade, começara a se impor.
(MUSIL, 2018, p. 261)

A pós-modernidade intensifica encontros de agenciamentos estéticos, éticos e políticos cujas composições relacionais, no plano subjetivo, derivam da alucinação de uma série de possibilidades de trajetos lançados desde a modernidade (VATTIMO, 2002). Por serem tantas as possibilidades, perdermo-nos facilmente em meio a tantos agenciamentos. Não sem sentido, a “subjetologia” pós-moderna, na expressão de Sahlins (2013, p. 99) para se referir ao excesso de subjetivismo contemporâneo, alcança lugar de destaque na medida que as grandes estruturas objetivas de referência social – famílias, escolas, instituições de controle, filantropias, tecnologias não dissipadas – dissolvem-se em favor de efeitos meramente instrumentais, isto é, de uso subjetivo. Perdidas suas objetividades, a relação de seus sujeitos com tais estruturas orbita em torno de uma dissipação movente constante. A pós-modernidade radicalizaria, assim, a derrelição do sujeito moderno.

Nesse contexto, as indagações explodem como tentativa forçada de fazer a própria pós-modernidade começar a narrar a si mesma, pois é preciso extrair de sua falta de objetividade um mínimo de contorno sem o qual a capacidade analítico-crítico se perde sob os efeitos fragmentares do contexto pós-moderno. No limite, o que se interpõe para nós é todo desafio contemporâneo à coerência do *self*, dada a fragmentação cultural e intelectual características da pós-modernidade (ROSE, 2011). Coerência do *self* aqui seria o mínimo de horizonte possível pelo qual os territórios existenciais poderiam alcançar as mínimas referências de produção de sentido em todos os planos da vida. Contudo, não é o que se diagnostica:

a subjetividade é agora fragmentada, múltipla, contraditória, e a condição humana obriga cada um de nós a sobreviver por si mesmo sob o constante olhar

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

da nossa própria reflexividade desconfiada, atormentados pela incerteza e pela dúvida (ROSE, 2011, p. 22).

Eis a radicalidade moderna do lugar da dúvida: questionar-se a si mesmo para dar prova à existência passou a ser lugar comum na pós-modernidade. Talvez erguer sobre a radicalidade da dúvida outras dúvidas seja um passo decisivo no sentido de uma experiência formativa que, embora longe do humanismo, ainda possa ofertar aos contornos fragmentados, múltiplos e contraditórios de nosso tempo a possibilidade mínima de se produzir outras políticas de trajetividades. A bem da verdade, a pós-modernidade não passa de uma política de trajetividade.

Virilio (2008) concebe a trajetividade como o lugar do movimento do ser e do ser do movimento, interposto, por sua vez, entre tudo o que é objetividade e subjetividade. Entre o objetivo e o subjetivo é preciso tramar uma política de trajetividade, pois assim irromper-se-iam possibilidade não apenas de trajetos, porém, de novos trânsitos entre o que se tem – o objetivo – o que se pode extrair do que se tem – o subjetivo. A trajetividade está no fluxo das passagens que se pretende produzir. Em toda política de trajetividade dada, somos incitados a nos abrir ao novo “trajetivo”:

este ser do movimento do aqui até o além, de um até o outro, sem o qual jamais teremos acesso a uma composição profunda por diversos regimes de percepção de mundo que se sucederam ao longo dos séculos, regimes de visibilidade das aparências ligados à história das técnicas e das modalidades de deslocamento, das comunicações à distância, com a natureza da velocidade dos movimentos de transporte e de transmissão engendrando uma transmutação da “profundidade de campo” e, conseqüentemente, da espessura ótica do meio ambiente humana, e não apenas uma evolução dos sistemas migratórios ou do povoamento de uma determinada região do planeta (VIRILIO, 2008, p. 107).

Um agenciamento de trajetividade anunciada modos de agir cujo envolvimento na ação, em qualquer que seja, ou da disposição do ser sobre seu próprio trajeto, implica num modo de agir cuja desinência ético-política sempre estará envolta no jogo de possibilidades dos trajetos que são produzidos. O tempo todos estamos aí tramados, pois o tempo todo estamos ligados a certos trajetos, rejeitando-os ou produzindo-os. A pós-modernidade, porém, normaliza a falta de implicação existente na política de trajetividade, como se normalizasse as conseqüências que se extraem do fato de estarmos inequivocamente constituídos por trajetos. Produzir a sensação de despertencimento a qualquer trajeto é fundamental para esta “civilização do esquecimento” (VIRILIO, 2008, p. 108), onde a memória dos afetos é dessensibilizada cotidianamente pela saturação de barbáries que se interpõem entre nossa existência e nossos trajetos de vida como apenas mais um capítulo da banal crueldade que se mostra o tempo todo “ao vivo”: “sociedade

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

de um ‘ao vivo’ (*live coverage*) sem futuro e sem passado, posto que sem extensão, sem duração, sociedade intensamente ‘presente’ aqui e ali, ou seja, sociedade telepresente em todo o mundo”(VIRILIO, 2008, p. 108. Grifos originais).

Mas se todo agenciamento gesta um universo de possíveis existenciais (GUATTARI, 1989), em dada política de trajetividade também é possível se gestar outros horizontes existenciais, ou seja, componentes novos-trajetivos para além daqueles instituídos e considerados. Para tanto, é preciso provocar o pensamento, é necessário mobilizá-lo para o questionar. De igual modo, a experiência estética é convidada a se projetar para fora dos circuitos do logocentrismo e da reconhecimento programada, pois é próprio do agenciamento o experimentar. No agenciamento estético não preferiríamos a contemplação. Mas optaríamos por entrar no fluxo do próprio agenciamento: compormonos com a pintura; ensaiar a vida com música; itinerar com o cinema; compor corpo com a literatura; explodir as masmorras dos significados com a poesia; dissolver a cristalização dos sentidos forjando no corpo com outras plásticas, com outras artes plásticas; no agenciamento estético, incendiariamos os dogmas com performances existenciais sem “ritos engendrados”, nos termos de Artaud (2017). Disso tudo depende também outras políticas para a existência, pois a política iniciar-se-ia com um modo de experimentar a vida. Com o agenciamento estético, desejaríamos suspeitar dos localizadores políticos e éticos que dizem: o certo é isto ou aquilo e não aquilo outro, o ilocalizável, o que escorre para fora das gramáticas dos poderes.

Tomemos como exercício de agenciamento trajetivo a obra triptica de Balthus. Da série produzida em três telas, *La rue* (A rua), de 1929; *La rue* (A rua), de 1933; e *Passage du Commerce-Saint-André* (Passagem do comércio Santo André), composta entre os anos de 1952 e 1954, temos o mesmo lugar. As perspectivas variam imediatamente no aceno da explosão de novas políticas de trajetividade. Para os efeitos intentados neste artigo, vamos privilegiar a obra de 1952 e aquela de 1933.

Se é verdadeiro que a pós-modernidade emerge de acordo com a narrativa que dela se faz, as consequências advindas a partir de aí se derivam também por narrativas. Por outro lado, toda e qualquer inflexão crítica acerca de como esta experiência se deslinda não ocorre sem a nossa capacidade de produzirmos outras narrativas desde dentro da própria condição pós-moderna. No limite, um dos desafios prementes para uma formação de outras trajetividades está na incidência dos questionamentos das políticas de trajetos normalizados pela fragmentação pós-moderna. É disso que se trata quando qualquer cena, situação, instante, acontecimento, narrativa e experiência passam a ser

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

contrapostos por demandas de outros agenciamentos. Que universos de possíveis existenciais estamos nos destinando ou estamos provocando? Mas passemos ao ato do exercício.



(Balthus. *A passagem do comércio Santo-André* – 1952-1954)

Eis várias coordenadas de mundo: coordenadas estéticas, éticas e políticas – mas que coordenadas de mundo suscitam? O que desejam suscitar? Na imagem explode o paradoxo da pós-modernidade: no mesmo plano de incontáveis trajetividades traçadas como coordenadas programadas tantas outras podem ser provocadas, suscitadas por agenciamentos que não se cansam de suas possibilidades moventes. Ainda que haja um centro, um primeiro plano, disposição espacial regrada, uma organização funcional das relações sociais, toda cena, todo acontecimento e qualquer trajetividade também abrigam “aproximações multicentradas, heterogêneas, polifônicas, polívocas, que se instauram longe dos equilíbrios precodificados” (GUATTARI, 1989, p. 329)². Enquanto uma trajetividade cristalizada funciona como quadro formador de subjetividade dominante, perscrutar as possibilidades de processos clandestinos na cena é granjear linhas de deriva ou de fuga de tal quadro. Em questão estão “procedimentos possíveis de fractalização, de processualização (*processualisation*) e de recomposição existencial” (GUATTARI, 1989, p. 329).

Escudar-se numa cena não é buscar apoio para a repetição de suas políticas de trajetividades. Ao contrário, da cena partem-se os clarões de colapso de seus próprios arranjos, desde que se indague por fluxos incontidos na (dis)posição imediata. Não seria a crítica a linha mediata que atravessa e corta a face normal do imediato? É como se pudéssemos pensar que educar para a crítica, na pós-modernidade, é um processo de

² Todas as traduções no artigo são nossas.

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

sensibilização nas trajetividades que deglutem o futuro por excesso de imediatez. A crítica, com efeito, seria um antídoto contra a normose pós-moderna:

A normose pode ser considerada como o conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir aprovados por um consenso ou pela maioria de pessoas de uma determinada sociedade, que levam a sofrimentos, doenças e mortes. Em outras palavras: que são patogênicas ou letais, executadas sem que seus autores e atores tenham consciência da natureza patológica (WEIL, 2011, p. 18. Grifos originais).

Das coordenadas em trânsito na cena; de seu mundo estético, ético e político, o que ilumina o nosso dia para nos manter presos nele? Ou, na outra ponta, o que pode vir a explodir as paredes que nos ladeiam, as setas discretas dos poderes que indicam a direção, o solipsismo social que não ousa pedir socorro? Aliás, ignoraremos o pedido de socorro na cena; quem pede socorro? Ouvimos, sentimos, deixamos ser atravessados por essas vozes-corpos-telas-experiências ou somos dragados pelo próprio solipsismo que normaliza os trajetos? Não é de se reparar que as pessoas não se veem na cena pintada? Ninguém olha para alguém. Dos velhos às crianças estão todos entregues a si mesmos.

Ao fundo, abaixo da janela central, em amarelo, há signos de antigos valores e informações que se apagam. Seus traços, contudo, persistem como penumbra. Crise de valores? Crise de referenciais? Há algo que não se deixa ir: a sombra do rascunho do que foi o arcaísmo de certos signos? Fascismo? Ditadura? Violência? Exploração? Exclusão? Colonialismo? O que se anuncia não saberemos. Mas e se houvesse restauração? O signo, o enunciado e a ordem do discurso podem ser restaurados? O que se anunciaria? Restauramos velhos enunciados para anunciar o quê? O que fazer? Isso importa? Pouco importa, talvez, se o lugar arcaico das relações de poder e seus trânsitos ainda estiverem intactos, espécie de influxo viciado de relações de poder que visam a qualquer dominação.

Há uma chave acima do dizer quase apagado. Abaixo dela, uma seta indica uma direção: virar à esquerda. A chave coordena e ordena a direção. Nas cidades fortificadas a chave representa o guardador da cidade, isto é, aquele responsável por manter o feudo ou a cidadela fechados e protegidos. Na cidade murada não era qualquer um que mantinha a chave resguardada. Era sempre alguém dotado de grande poder: autoridade reconhecida. A/s chave/s do poder funcionam em fechaduras programadas; as chaves do poder indicam a direção antiestética que deveríamos seguir para outras éticas e outras políticas? As chaves do poder de uma cena resguardam que tipo de possibilidade de trajetividade?

Quando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) estabelece as chaves de formação para os currículos da educação básica não deixa de considerar as demandas dos poderes que exigem conformidade formativa. As tais competências

exigentes para o “mundo contemporâneo” não passam de jaulas cognitivas e afetivas sob demanda. Quem é o chaveiro mestre de tal perspectiva? A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico nos dá alguma pista:

Cada vez mais os empregadores procuram atrair alunos que se adaptam facilmente e são capazes de aplicar e transferir suas habilidades e conhecimentos para novos contextos. A prontidão para o trabalho em um mundo interconectado exige que os jovens compreendam a dinâmica complexa da globalização (OCDE, 2018, p. 5).

Quem existe para tais coordenadas deixa de existir para outras? Quem existe para quem nas coordenadas, nas referências, nas trajetividades da rua, do mundo, da escola, da vizinhança, dos afetos?

No quadro, o número 8 do signo apagado se ressuscita em 8 vidas humanas destituídas de contato físico. São típicos da pós-modernidade o solipsismo e o niilismo (VATTIMO, 2002). As vidas estão fascinadas pelo excesso de individualismo. Como diriam Campbell e Twenge (2013, p. 42), a vida concreta se pulverizou nas redes sociais virtuais com seus adubos de atitude “do eu-em-primeiro lugar” (*me-first attitude*). Não é um mero avizinhamento temporário tal condição em nossa sociabilidade, mas um pavimento bem solidificado por onde as relações sociais passaram a ser construídas. Os fios dessa trama são condizentes com vidas projetadas para estarem “juntas sozinhas”, como avalia Turkle (2012), onde se espera cada vez mais da tecnologia e cada vez menos uns dos outros, no sentido físico e presencial da existência.

Aqui alguns trajetos se convergem. As personagens que transitam se confundem com as coordenadas pictóricas da situação imposta: vidas anteparadas pelo que se tem e pelas condições de suas passagens. O tom azul do homem que passa, dando-nos às costas, quase se confunde com a fachada que está à sua frente; o tom pastel da senhora mambembe se mistura com a rua: é por que tudo que envelhece é absorvido imediatamente para ser desaparecido? O que prevalece é cada um por si, cada um com seu sim e seu não. Seriam essas as mesmas demandas do darwinismo social? Sintoma da solidão imposta pelo “se vire” neoliberal, da precarização e das ilhas pontilhadas ao que nos reduzimos na pandemia? O afeto se habitua conforme a cena se normaliza? Qual é a segunda pele do afeto, ou seja, a força de seu hábito que o faz se dessingularizar como política de sensibilização humana?

Sentado ao chão, um velho descalço se entrega à situação. É dele a panela vermelha no umbral da janela: Panela vazia? Panela cheia? Mirando, talvez à frente, o velho calvo não nos permite ver que deseja estar junto às novas gerações: a criança menor

não pode arriscar-se no mundo de fora? – o dentro é mais seguro? Dentro do que ela está: Escola? Creche? Casa? A outra criança brinca sozinha com sua boneca ou boneco: objeto parcial que insinua solidão? Em que medida perdemos a relação entre uma geração que prepara a outra para o mundo, defendendo-a mesmo do mundo, como suporia Arendt (2007)? A adolescente já dá suas costas para as coisas da infância, mas oscila para o lugar de dentro: é que olhar não é ver, olhar é agir? O que há aí? Um mundo que protege as novas gerações do próprio mundo? Novas gerações sendo “preparadas” para o mundo?

Os estoicos usavam o termo *instructio* adaptando-o de *paraskeuê* para conceber a formação como uma dotação que equipa o sujeito para a ação. A rigor, este é o sentido de *instrução*: a *paraskeuê* envolvia uma série de exercícios que preparava o “indivíduo para o futuro, um futuro que é constituído de acontecimentos imprevistos” (FOUCAULT, 2004, p. 387). Mas como preparar as novas gerações para o mundo se as gerações anteriores não as equiparam de modo proveniente? O que isso demanda é a indagação permanente, sobretudo num quadro de fragmentação de laços e de vínculos sociais?

Não ignoremos, entretanto, o animal que referencia a perspectiva central da cena. Um cão se faz presente. Cão solitário como os cínicos ou cão sintomático do niilismo? Ou esse cão poderia ser também um cordeiro fantasiado de cão ou vice-versa? Seja como for, no centro da cena está a animalidade. Hoje, no centro de tudo, a vida animal: o vírus sorrateiro impactando em nossas estéticas, em nossas éticas e em nossa política – tudo junto – na educação também. Vale a indagação: o animal emerge aqui como sintoma do antropoceno que anuncia as condições dadas para o fim da própria vida (STENGERS, 2015)? Independentemente, o quadro preponderante perspectiva vidas humanas e não humanas a se ignorar mutuamente. Quais as consequências? Que devires nos esperam? Que outro mundo advirá dessa relação?

Talvez a mulher em pé, em baixo, à direita, em posição de estima de quem pensa, olhando, sabe-se lá, se para dentro de si mesma ou para o nada – sintomas de niilismo? – sobrepe-se na angústia da normose o distanciamento social aí pintado. Vivemos em tempos normóticos? Esses personagens que não se encontram são sintomas de uma produção social de distanciamento e de circulação desimplicada com a condição humana alheia?

Mas há um gesto inverossímil na cena; gesto que convoca o nosso gesto – eles estão, aliás, sempre sorrateiros, procurando trajetividades para além de toda cena: contudo, a normose de nossa composição com as coordenadas do mundo nos permite ser cúmplices deles? Tal gesto nos convida a abrir outros possíveis em agenciamentos de

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

trajetividades; melhor ainda, nos convida a fazermos do agenciamento estético da cena outro agenciamento para a cena. Já teríamos isso nas janelas que se abrem ou fecham; que revelam ou ocultam; evidentes ou discretas; embaçadas ou cristalinas. Janelas, como as portas, são também passagens. Mas atenção: o umbral que as sustenta é sempre mais forte que o vão constituído. Que umbral sustenta nossas passagens? Eles se dogmatizam? Nossos umbrais suportam o quê? Que aberturas permitem? Que fechamento operam?

À esquerda percebemos uma figura sem plenitude, sob um umbral – está incompleta. Pintada propositalmente pela metade é sintoma da própria pós-modernidade: fluxos de incompletudes que nos rondam sistematicamente. Ela é/está incompleta por que é quem nos olha? Em tempos de ausência de cumplicidade com a vida, espécie de terror cotidiano, quem procura os nossos olhos está incompleta. Talvez o desafio seja este: como fazemos comunidade de sentido numa pós-modernidade que implode a busca de sentidos? Estaria essa mulher, quase cortada pela metade, acionando uma política de trajetos cujas exterioridades ainda não foram anunciadas? Por isso mesmo não se daria “conhecer” por completo? Seu olhar para o nosso olhar, tão tímido e poente, busca a alteridade desertificada deste e neste mundo? Quem pede cumplicidade não são justamente os marginalizados, os excluídos, os miseráveis, os deficientes – todos pela metade –, os que não sabemos se descem ou se sobem os degraus da vida? Esse olhar no nosso olhar, busca inequívoca por cumplicidade na cena, não seria agenciamento no agenciamento? – Rupturas de forma, certas dissoluções de esquemas perceptivos preestabelecidos, certos desvios de sentido, como já assinalara Guattari (1989)? O que se pode experimentar, mas o que se deseja experimentar quando entramos na cena pós-moderna; quando fazemos trajeto com as cenas que nos ladeiam, que nos invadem e com as cenas que nos compõem, nos decompõem e nos recompõem?

A pós-modernidade, nesse sentido, “não pode ser encarada nem como um fator de deificação de um novo tempo e muito menos com desprezo calcado na esperança de sua transitoriedade. A pós-modernidade deve ser vista, pura e simplesmente, como um agente representacional de uma realidade” (CARVALHO, 2000, p. 109). Não obstante, como sustentamos, tal representação não está dada, é apenas forjada na medida de sua narrativa, no despontar enunciativo de suas múltiplas facetas.

Eis uma problematização de toda nossa relação entre proximidades e distâncias; entre cumplicidades e esquivas; entre repetição de mundos e devires-mundos-outros. De toda maneira, as passagens, como as ruas, estão ainda insituáveis quando pensamos nas possibilidades do pensamento, de uma educação estético-ético-política na pós-

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

modernidade, justamente porque tudo está aí para ser inventado e produzido. Em jogo está o que podemos fazer e traçar – trajetivar – em múltiplas cenas.



(Balthus. A rua – 1933)

Entretanto, o que ocorre quando coordenadas de mundo se repetem viciosamente em desdobramentos de cenas banais e com as mesmas travessias: currículo, horários, corpos sentados, obediência, prazeres, fundamentação teórica, epistemologia, convicções, perspectivas, maratona de programas em *stream*? Repetir aqui seria fechar. Transformemos a afirmação de Deligny (2018, p. 60) em indagação: “o lugar está tomado, ocupado desde sempre, fortificado, batizado, balizado?”

Balthus (1933) nos apresenta a mesma rua; a mesma passagem, embora em direção oposta. Que mundo é suscitado por suas coordenadas; quais trajetividades seriam possíveis? Butler (2019) faz-nos enxergar que todo enquadramento é uma violência. Não seria desmesurado afirmar que a pós-modernidade é uma experiência de narrativas das explosões de nossos enquadramentos existências: vivemos sob o excesso de coordenadas existenciais. E ainda que não tenhamos consciência disso, estamos sempre respondendo a um clique demandante e coordenador de nossas atitudes e de nossos comportamentos; retroalimentando sucessivas memórias algorítmicas de enquadramento, que se voltarão para a exploração de nossas potencialidades subjetivas de modo mais refinado e preciso, queiramos ou não (CHAMAYOU, 2020; ZUBOFF, 2020) Como e quando somos enquadrados? A pós-modernidade dissipa as possibilidades de respostas. Idem se indagássemos: mas como e quando produzimos enquadramentos? A política como enquadramento assim se sintetiza: “regulação do que pode ser mostrado, do que pode ser ouvido, do que pode ser endereçado” (BUTLER, 2019, p. 178).

Em cena estão: a política do emparedamento outra vez; a desconfiança social ritmada pela falta de contato; aí estão olhares que não se encontram: ninguém olha para

ninguém. As personagens que dão às costas para nós vão na mesma direção. É que a política de enquadramento tende às coordenadas absolutas e desejam a tudo abranger.

Algo pulsa sempre, porém: uma criança brinca; um trabalhador carrega seu objeto; um jovem rapaz caminha prestes a dar suas costas para quem está de frente para ele; um cozinheiro – *maître* – descansa ou espero a clientela; não menos importante, uma juvenzinha é agarrada por um rapaz – sabe-se lá por quê. Ele é negro, meio chinês. A estrangeiridade ameaça? O estranho ameaça? O outro ameaça? O diferente ameaça? Lições do outro:

o Outro, aquele que, na maior simplicidade humana, está sempre próximo daquilo que não pode “me” ser próximo: próximo da morte, próximo da noite. Mas quem é o eu? Onde está o Outro? O eu está seguro, o Outro não, insituado, insituável, no entanto falando a cada vez e, nessa fala, mais Outro do que tudo o que há de outro (BLANCHOT, 2007, p. 201)

No quadro, a criança talvez tenta escapar. Digamos que sim. O pulso dominado pela mão que domina; a braço que enlaça apertando, talvez, nos permita assim pensar. Teríamos, se assim o fosse, duas sinas terríveis que se dispõem: de um lado, contato humano por dependência: à esquerda do quadro, uma mulher carrega uma criança que não aparenta ser criança; de outro lado, a violência como inexpugnável coordenada de mundo que nos toca. Aqui poderíamos suspeitar de dois lugares tão senso comum da pós-modernidade: a infantilização como processo de economia subjetiva (GUATTARI, 2009; GUATTARI; ROLNIK, 2005) e a normalização da violência.

A infantilização se dá por uma miríade de fluxos de dependência social, econômica, psíquica, farmacológica, midiática; é uma espécie de ergonomia subjetiva produzida por coordenadas preestabelecidas que supõem respostas igualmente preestabelecidas de seus sujeitos: “pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social”, diriam Guattari e Rolnik (2005, p. 50), referindo-se à fantasmagórica condição humana controlada por “esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto”, cuja ordem capitalista atual, nos reduz a meros replicantes. Guattari (2009, p. 123) situa a questão da seguinte maneira com precisão maior:

Vive-se verdadeiramente um período em que a paixão da existência está curto-circuitada pela imersão dos indivíduos em uma rede de relações de dependência cada vez mais infantilizadora. O que corresponde a um certo uso das máquinas de produção, dos instrumentos mediáticos, dos equipamentos de vida social e das instituições de assistência. Uso que consiste a capitalizar a subjetividade humana para que ela se discipline e se consagra a fazer durar uma velha ordem social [...] é o empreendimento da infantilização que está tomando imensas proporções. Ele se tornou o negócio número um da indústria de ponta.

Todavia, na outra ponta, encontra-se a normalização da violência. A correlação da violência com a infantilização é replicada na incapacidade dos adultos assumirem responsabilidade por atos que corroem a dignidade da condição humana. É como se o efeito dos “instrumentos mediáticos” referidos por Guattari reduzissem a crueldade dos assassinatos, das mortes violentas, das brutalidades exercidas pela força do Estado – cooptado por uma política infantilizada, incapaz de assumir responsabilidade por suas medidas e ações – em cenas de filmes, onde tudo é passivo de aceitação. “No momento em que recusamos a admitir o caráter intercambiável das ideias, o sangue corre”, nos recorda Cioran (1995, p. 12). Enquanto isso, para efeitos de choque de realidade, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA, 2021), arrola o Brasil como um país de extrema violência, registrando entre a década de 2007 a 2017 618 mil homicídios – uma média de 61,8 mil homicídios por ano. País na iminência de se normalizar “um processo de ‘limpeza social’ destinado a exterminar setores considerados ‘indesejáveis’, ‘marginais’, ‘perigosos’ ou ‘potencialmente delinquentes’, com a anuência estatal (OEA, 2021, p. 22). É que a política infantilizada rejeita o lugar da alteridade; descarta o outro como estrangeiridade que não pode ser composição comunitária, pois isso exige diálogo na fala plural, maturidade nas aproximações sociais, respeito com as diferenças e vontade política para além do “despotismo de coturno”, na valiosa expressão de Blanchot (2007, p. 221).

Mas quem percebe? Ninguém percebe. Isso importa? Nos importa ver o inoportuno? Nos importa deixar de fazer o que temos de fazer – seguir circuitos programados e infantilizadores – para agirmos na modificação das coordenadas de violência ou na apatia social com o rigor dos papéis distribuídos?

Nessa rua, embora não chamados à cena, precisamos agir por intrusão. Invadir a pós-modernidade é fundamental para não normalizar a pós-modernidade, justamente para não nos “naufragar no abandonismo social pós-moderno”, na valiosa concepção de Guattari (1992, p. 20). Na estratégia de intrusão, não há nenhum tipo de olhar, ainda que esquivado, que pudesse convocar cumplicidade. Por isso mesmo é preciso forjar cumplicidade. Mas não seria por que a própria cena se desliza no abscondito do que ouvimos na boca do povo, embora como indagação? O que se pode fazer? Tem jeito? As coisas não seriam assim mesmo? A escola, a universidade, a creche, a família, a instituição pública, o governo, o partido político, a vida?

Se essa rua se essa rua fosse nossa, o que faríamos? Faríamos? Quando Vattimo (2002, p. 11) destaca que a pós-modernidade é a consagração da “morte de Deus”, assinalava para as experiências de desvalorização de valores supremos, ou seja, no lugar de princípio éticos cujas balizas pudessem funcionar como salvaguarda de defesa da condição humana num espectro universal, a pós-modernidade nos entregou aos solipsismos de valores ilhados por excesso de desarraigamento, de secularização, de nebulização das ordens de reinvidicação subjetiva sob medida ou sob demanda. Nesse movimento, a pós-modernidade passa a se delinear como horizonte de não correspondência social, estamos demasiadamente entregues ao nosso destino, à nossa solidão, ao nosso isolamento. E o paradoxo, com efeito, é que individualmente somos exigidos à ação. Sem *Deus*, ou seja, sem valores absolutos, aprofundam-se as inquietudes de nosso trânsito cujo curso foi liberado de modo desenfreado: a pós-modernidade se transformou numa franja de experiências que dispõem apenas da dependência humana o que seremos capazes de fazer ou de produzir. Entre o excesso de responsabilidade e leniência de nossas respostas a um mundo entregue à própria carne humana, a pós-modernidade se ensaia como narrativa que demanda de nós outra escrita acerca das possibilidades de vida, de relação humana, de justiça social, de fazer-nos comunidade que ainda não ousamos a produzir. Desde logo, não é difícil de antevermos os desafios que a educação como experiência formativa passa a possuir em todo esse cenário.

Passagens insituáveis de trajetividades com a educação: e se fossem cenas outras dentro da cena pós-moderna?

As veias abertas da pós-modernidade desafiam a educação na mesma proporção de como sua narrativa é construída no âmbito estético, ético e político. Algumas abordagens que pretendiam suscitar compreensão de bloco acerca da pós-modernidade (GIDDENS, 1991; SMART, 1993) esbarraram na ingenuidade de ver permanência em situações que já se revelam demasiadamente macabras. Por exemplo, o caso de se cogitarem que a pós-modernidade despontava para uma “era de pós-escassez” ou “pós-bélica”. A pós-modernidade, nesse sentido, revelou-se como uma espécie Prometeu histriônico que rouba o fogo de qualquer expectativa de consenso utópico. O que a pós-modernidade exige de nós, como desafio, é uma constante reterritorialização da condição humana.

Se há um excesso de enquadramento na pós-modernidade, educar é um ensaio constante contra a política de trajetividade de enquadramentos. A capacidade da indagação deve ocupar lugar central nesse empreendimento. Quando atravessamos

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

qualquer cena da vida cotidiana com a força do questionamento damos sentido à própria finitude humana, na perspectiva de se forjar para ela a transitoriedade de sua condição. Por isso mesmo, passamos a ser mais exigentes com as condições de trajetividades de nossos territórios existenciais.

Faz parte da pós-modernidade normalizar as situações, os trajetos, as cenas. Faz parte da educação, na pós-modernidade, não aceitar com passividade tais disposições. Nossas cenas, nossas coordenadas de mundo reprisam o quê? Contestam o quê? Agenciam o quê? Para quê? Como e para quê aceitamos entrar em certas cenas? Cena-quadro-rua BNCC; cena-quadro-rua CAPES, CNPq, ANPEd; cena-quadro-rua Lattes; cena-quadro-rua coordenadas de coordenações; cena-quadro-rua produtivismo etc. Nos termos de Guattari (1989, p. 328), são cenas “ético-políticas da discursividades coercivas, de sentido único, de subjetivação rentável – capitalística” que avivamos? Outra estética nos transita para outra dimensão ético-política: podemos encontrar rotas de fuga, passagens não exploradas por onde caminhamos: existem mundos outros dentro das janelas que não vimos, nas portas que não abrimos e nos caminhos contrários às coordenadas das chaves de poder.

Quando roemos os limites que são impostos pelos mesmos coeficientes políticos, estéticos e éticos da pós-modernidade, somos incitados a produzir outras coordenadas para outros mundos possíveis. A questão é: entraremos em cena? E se entrarmos, será com trajetos reiterados? O monopólio das cenas não persegue e exclui justamente outras cenas?

Onde há excesso de convergência para a dissipação, a pós-modernidade nos alerta para a demanda da formação para a divergência. Não porque é preciso pulverizar ainda mais a dissonância de pensamento, ao contrário, precisamos fazer convergir disposições em cenas cuja presença humana não pode mais se reduzir a uma pálida inscrição na ordem dos acontecimentos, como se não fosse a história o que produzem homens e mulheres de carne e osso. Afinal, o que corre em nossas veias não é tinta, mas é sangue.

Referenciais bibliográficos

ARENDDT, Hannah. Entre o passado e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARTAUD, Antonin. **A perda de si**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BALTHUS. **La rue**. [Óleo sobre tela]. Museu de Arte Moderna, New York, NY, 1933. Extraído de <https://www.moma.org/collection/works/80582>

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

BALTHUS. **Passage du Commerce-Saint-André**. [Óleo sobre tela]. Fondation Beyeler, London, EN, 1952-1954. Extraído de <https://www.artsy.net/artwork/balthus-passage-du-commerce-saint-andre>

BERARDI, Franco. **A fábrica da infelicidade**. Trabalho cognitivo e crise da new economy. Porto Alegre: DP&A, 2005

BERARDI, Franco. **Asfixia** – Capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita**. A experiência limite. São Paulo: Escuta, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRIDLE, James. **A nova idade das trevas**. A tecnologia e o fim do futuro. São Paulo: Todavia, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. “O discurso da valorização do ser humano na pós-modernidade: um desafio à educação”. **Revista Pro-Posições**. V. 11, n. (3) 33, p. 107-116, 2000.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. “A emersão do *Homo friabilis*: subjetivação em tempo de cleptoafetividade”. **Revista Educação e Filosofia**. V. 33, n. 68, p. 591-616, 2019.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. “Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira”. **Revista Artes de Educar**. V.6, n. 3, p. 935-956, 2020.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: UBU, 2020.

CIORAN, Emil. **Breviário de decomposição**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1995.

CRARY, Jonathan. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: UBU, 2016.

DELIGNY, F. **O aracniano e outros textos**. São Paulo: N-1, 2018

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado teológico-político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GUATTARI, Félix. **Cartographies schizoanalytiques**. Paris: Galilée, 1989.

GUATTARI, F. **Caosmose**. Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F. **Les années d'hiver**. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2009.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas**. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

JULLIEN, François. **La identidad cultural no existe**. Barcelona: Taurus, 2017.

KINZER, Stephen. **Overthrow**. America's century of regime change. From Hawaii to Iraq. New York: Times Book, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1989

LYOTARD, Jean-François. **Moralidades Pós-Modernas**. Campinas: Papirus, 1996.

MUSIL, Robert. **O homem sem qualidades**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

OEA. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. OEA: Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Organização do Estados Americanos. 2021.

OECD. **PISA. Preparing our youth for an inclusive and sustainable world**. The OECD PISA global competence framework. Organization for Economic Co-operation and development - OECD: 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/Handbook-PISA-2018-Global-Competence.pdf>

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**. Como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Rua do Sabão, 2020.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**. Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

SAHLINS, Marshall. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: CosacNaify, 2013.

SLOTERDIJK, Peter. **No mesmo barco**. Ensaio sobre a hiperpolítica. São Paula: Estação Liberdade, 1999.

PÓS-MODEERNIDADE E AGENCIAMENTOS TRAJETIVOS...

Alexandre Filordi de Carvalho

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**. Uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Liberdade, 2012.

SMART, Barry. **A pós-modernidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. Resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: CosacNaify, 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TURKLE, Sherry. **Alone together**. Why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2012.

TWENGE, Jean M.; CAMPBELL, Keith W. **The narcissism epidemic**. New York: Atria, 2013.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 2008.

WEIL, Pierre. “Introdução ao tema da normose”. In: CREMA, Roberto; LELOUP, Jean-Yves; WEIL, Pierre (Orgs.). **Normose: a patologia da normalidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**. The fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2020.